

MARECHAL HENRIQUE LOTT: MEMÓRIA, MITO E HISTÓRIA

Karla Guilherme Carloni*

Resumo: O general Henrique Lott foi ministro da Guerra do Exército brasileiro, líder do Movimento 11 de Novembro, em 1955, e candidato à presidência da República, em 1960. Defensor da legalidade democrática e de idéias nacionalistas, seu nome uniu civis e militares defensores de reformas sociais e de independência política e econômica do Brasil, na década de 1950. A memória coletiva a respeito deste importante personagem da história política brasileira se encontra, hoje, dividida, fragmentada. O presente artigo confronta estas diferentes memórias presentes na sociedade brasileira e as relaciona com os projetos dos grupos sociais que as construíram.

Palavras-chave: Marechal Lott - nacionalismo - biografia - Memória

Abstract: General Henrique Lott was minister of the War of the Brazilian Army, leader of Movement 11 of November, in 1955, and candidate to the presidency of the Republic, in 1960. Defender of the democracy and nationalistic ideas, his name served to join civilians and military who defended Brazilian social reforms and independence economic politics, in the decade of 1950. The collective memory about this important personage of Brazilian history finds divided, fragmented. The present article analyzes these different memories gifts in the Brazilian society and relates them with the projects of the social groups had constructed.

Keywords: Marshal Lott - nationalism - biography - Memory

“As Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcaram sua história no destino da Pátria”. A frase resume em si o sentido da vida pública e militar de quem a declarou, Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Nascido em 16 de novembro de 1864, o mineiro filho de uma professora primária e de um pequeno industrial, sentou praça em 1911 construindo uma carreira que lhe fez merecer o apelido de “Caxias”.

Durante a carreira militar, Lott manteve-se posicionado ao lado daqueles que defendiam a Constituição e a legalidade, concorda-se ou não com os seus projetos políticos. Foi assim que participou de importantes episódios do Exército brasileiro no século XX, como a Guerra do Contestado (1912-1916) e a Revolução de 1930. Foi instrutor e comandante nas mais importantes escolas militares do país, como a antiga Escola Militar do Realengo e a Escola de Estado Maior do Exército, chegando a ser diretor de ensino desta última.

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial foi subchefe da comissão encarregada de preparar a organização da FEB e em setembro de 1944 seguiu com o 2º Escalão da FEB para a Itália. Porém, após apenas um mês, por ordem do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar

* Doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense.

Dutra, retornou ao Brasil para coordenar o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras com material excedente dos Estados Unidos da América.

Em meados da década de 1950, a carreira imaculada do oficial destinava-lhe a ida para a reserva remunerada como mais um exímio oficial cumpridor de suas tarefas e merecedor de honras militares a sua altura. Mas a história reservou-lhe destino diferente.

Em idade já avançada o oficial de caserna teve os holofotes da política voltados para si. Era 11 de novembro de 1955 quando Lott, então general de Exército e ocupando a prestigiada pasta do Ministério da Guerra, órgão responsável pela administração dos negócios do Exército brasileiro, liderou um movimento militar que impediu um golpe de Estado.

Organizado por oficiais das três Armas, como os ministros da Marinha e da Aeronáutica, e por parlamentares, como o próprio presidente em exercício, o golpe frustrado tinha por objetivo impedir a posse do recém eleito presidente da República, Juscelino Kubitschek, e do seu vice, João Goulart. O *Movimento 11 de Novembro*, como ficou conhecido, inaugurou uma nova fase na vida do general, que culminaria em sua candidatura a presidência da República em 1960.

O *Movimento de Retorno aos Quadros Vigentes*, assim denominado por Lott, garantiu a posse, em janeiro de 1956, de JK e Jango e afastou do poder os golpistas. Porém, ao mesmo tempo em que garantiu a democracia, semeou a discórdia no seio das Forças Armadas. Principalmente entre os oficiais da Marinha e da Aeronáutica que se sentiram ultrajados pela ação do ministro da Guerra e não esqueceram tão cedo o episódio.

Contrariando os opositores de seu governo, JK manteve o general como ministro da Guerra. Mas a estabilidade política estava longe de ser alcançada e Lott tornou-se braço forte do presidente. O ano de 1956 foi marcado por tentativas de conspiração e revoltas militares, como a Revolta de Jacareacanga, quando dois oficiais da Aeronáutica seqüestraram um avião no Rio de Janeiro e o desviaram para a base militar de Jacareacanga, no Pará. Sucessivos rumores conspiratórios originários de oficiais a todo tempo punham a autoridade do general Lott à prova.

Mas a oposição não era a única a se manifestar. Os nacionalistas percebiam em Lott um líder capaz de aglutinar suas aspirações. Em março de 1956, por iniciativa de militares e civis que apoiaram o *Movimento 11 de Novembro*, foi criada a *Frente de Novembro*.

Um manifesto de junho de 1956 traçava os principais objetivos da organização, entre eles: reforma agrária; trabalho para os homens e mulheres desempregados; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; monopólio nacional dos recursos naturais do país; controle do capital estrangeiro; representatividade proporcional de trabalhadores nos órgãos de governos municipais, estaduais e federais.

A ruptura na trajetória do “general caxias” o jogou no centro dos acontecimentos políticos. Lott tornou-se símbolo da luta nacionalista. Em novembro de 1956, na Central do Brasil, o ministro da Guerra recebeu em grandiosa cerimônia pública, organizada pela *Frente de Novembro*, uma espada de ouro simbolizando seu comprometimento com a causa nacionalista. No evento compareceram representantes de sindicatos, militares, populares e parlamentares. No meio a ovações o general foi indicado como o sucessor legítimo de Vargas na presidência da República.

Durante a presença do “general do povo” no Ministério da Guerra, inúmeras foram as cartas de militares subalternos e civis pedindo algum tipo de auxílio. Lott chegou a estabelecer um dia da semana para receber em seu gabinete aqueles que desejavam ter uma audiência com ele. Os pedidos eram variados: pensões, empregos, casas, doações, etc.

Em novembro de 1958, Lott, por ordem de JK, substituiu temporariamente o ministro da Aeronáutica que viajara para os Estados Unidos. O episódio foi o suficiente para deflagrar uma nova revolta dos oficiais daquela força. Durante a cerimônia de posse os oficiais da Aeronáutica não cumprimentaram o seu superior. E, posteriormente, uma carta escrita por oficiais brigadeiros criticando JK e seu ministro da Guerra circulou pelas principais unidades da Aeronáutica, conseguindo centenas de adesões de outros oficiais. Os dois episódios não foram isolados, os jornais da época registram outras insubordinações e ataques ao general Lott que acarretaram na prisão de dezenas de oficiais. Mais uma vez a Aeronáutica demonstrava o seu ressentimento com o contra-golpe de 11 de novembro de 1955.

No auge de sua popularidade, Lott aceitou os apelos para a sua candidatura a presidência da República no pleito eleitoral que se realizaria em outubro de 1960. O general compôs chapa com o candidato a vice-presidente, João Goulart, na dobradinha PSD-PTB. Repetia-se a fórmula de 1955.

Para os seguidores do general a sua vida, com seus rígidos hábitos e regras, refletia o homem correto, incorruptível, regrado e avesso a desordens na vida pessoal e pública. Concluindo-se daí o seu apreço pela legalidade e pela democracia. Era visto como um soldado a serviço da sua pátria e a sua vida política era sinônimo de sacrifício e dever militar. Lott em sua plataforma eleitoral pregava a reformas sociais importantes como a extensão da legislação trabalhista ao campo e ensino público e obrigatório para as crianças.

A apesar da popularidade, Lott não conseguiu vencer o candidato pouco convencional da UDN, Jânio Quadros. A candidatura de Lott foi esvaziada durante a disputa eleitoral e representava a continuação do já desgastado governo de JK, situação que se refletiu diretamente nas urnas. Jânio havia construído a sua plataforma sob o apelo do combate da

corrupção e da inflação do governo JK. Derrotado e já na reserva remunerada, como marechal, Lott se recolheu momentaneamente da vida pública.

Em agosto 1961, Lott voltou a ter destaque na política nacional. A crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros e pela tentativa de impedimento, por parte de alguns chefes militares, da posse de do vice-presidente João Goulart, como presidente da República, levou o ex-ministro a defender novamente a democracia. Lott lançou um manifesto público criticando o posicionamento do então ministro da Guerra, seu antigo companheiro, general Odílio Denys, e conclamou: “todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e energética no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro”.

O manifesto considerado “subversivo” foi censurado e implicou em uma ordem de prisão por parte de Denys. Lott foi preso em sua própria residência e os jornais da época registraram intensa comoção dos populares presentes na ocasião que gritavam: “Viva o Marechal da Legalidade”, e, em seguida, cantaram o hino nacional. Lott ficou preso por 30 dias nas dependências do Exército.

Com o desfecho da ditadura militar em 1964 o marechal novamente se posicionou contra os seus companheiros de farda e em defesa do regime democrático. Lott foi publicamente desqualificado por seus pares e renegado ao isolamento militar e político. Em maio de 1964, Artur da Costa e Silva, na qualidade de ministro da Guerra, proferiu um discurso exaltando o regime recém inaugurado lembrou o *Movimento 11 de Novembro* como a “verdadeira quartelada”.

Na década de 1970, o nome do “general do povo” reapareceu na sociedade. Lott foi evocado como herói da democracia. Na época, um boato, que para muitos ainda é verdade, tomou conta do país: o marechal Lott, ao saber que seu neto Nelson, filho de Edna Lott, estava preso e sendo torturado dentro de um quartel do Exército, vestiu seu uniforme e saiu em busca do torturador, que ao ser localizado foi morto por um tiro certeiro. O episódio que ainda repercute na memória de muitos que viveram o Regime Militar foi amplamente investigado e desmistificado pelo jornalista Wagner William. Mas não resulta de uma simples mentira, encontra sua justificativa no momento político e social pelo qual passa a sociedade brasileira.

Eram os “Anos de Chumbo”. Um período difícil. Justamente aqueles que deveriam preservar a integridade do país e de seus habitantes, torturavam e assassinavam os filhos dissidentes da classe média. Se lutar contra o regime militar autoritário a muitos parecia

infrutífero, foi na criação de um herói que parte da sociedade brasileira buscou um pouco de conforto. O boato representava o que os pais e parentes dos jovens presos e desaparecidos desejavam: livrar seus filhos das prisões e vingar suas torturas. Lott estaria vingando a todos os que passavam por situação semelhante. No meio das trevas havia luz. Ainda existiam militares dignos de sua farda.

Contudo, se a sociedade ainda estimava aquele sisudo marechal, de porte firme e hábitos rígidos, nem a sua morte, em 19 de maio de 1984, escapou das retaliações daqueles que estavam no poder. Na cerimônia fúnebre do oficial que ocupou durante cinco anos e seis meses o Ministério da Guerra, as devidas honras militares não foram prestadas. Havia apenas um corneteiro para executar o toque de silêncio e uma pequena comissão enviada pelo governo.

O herói manchado: Lott no discurso dos militares de 1964

Justificar e reconstruir os antecedentes do Golpe de 1964 para muitos militares significa trazer a tona sentimentos como frustração e indignação diante dos civis. Os militares brasileiros se ressentem por a sociedade não reconhecer o valoroso trabalho das Forças Armadas em nome da “segurança nacional” e se sentem frustrados em relação à desvalorização do atual papel das instituições militares (D`Araújo: 1994: 164-172).

Sentimentos como esses não são exclusivos aos militares brasileiros, são comuns, também, em países sul americanos que passaram por recentes regimes autoritários. Os militares apresentam em comum um discurso coerente com a tentativa de resgatar e garantir uma imagem positiva das Forças Armadas, hoje. Em estudo sobre os regimes autoritários em quatro países do Cone Sul – Brasil, Chile, Argentina e Uruguai – Felipe Agüero e Eric Hershberg, identificam a preocupação dos militares com a construção da memória a seu respeito:

Las declaraciones y episodios reseñados revelan claramente esfuerzos por manter e recomponer una idea sobre el papel das Fuerzas Armadas en la historia reciente, por precisar los elementos con que se querrá socializar a las nuevas generaciones de soldados y oficiales, por influir en la visión que la sociedad tenga sobre las Fuerzas Armadas. (Aguero, 2005: 10).

Portanto, quando lidamos com as memórias dos militares brasileiros devemos considerar que o discurso atual tem comprometimento com a imagem presente e futura que os militares desejam construir das Forças Armadas, incluindo aí o seu papel, ainda a mal definido, nos atuais regimes democráticos.

Dessa forma é interessante perceber que o discurso legitimador do golpe se vale de recursos como a idéia de defesa de um país ameaçado pelas desordens e ambições de grupos ligados ao comunismo. O rompimento da democracia é explicado como um mal necessário através do ato heróico daqueles que se inclinaram a salvar a nação e as suas instituições. Na lógica dos militares golpistas o dever de manter a ordem é o elemento que justifica e respalda os regimes autoritários

Indo além, os militares brasileiros comprometidos com os ideais de 1964, além de identificarem as ameaças no interior da sociedade, salientam, também, como importante motivo para a quebra institucional, a infiltração das Forças Armadas por agentes ligados ao comunismo internacional. Nas inúmeras entrevistas realizadas pelo *Projeto de História Oral do Exército* (Bibliex) ou pelo *Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC) da FGV e nas biografias e livros de memórias, praticamente todos os oficiais de 1964 apontam como grave problema a existência de militares, desde a década de 1950, ligados ao comunismo e à políticos agitadores que alimentaram a indisciplina e a quebra da hierarquia no seio militar. Portanto, o golpe também encontra uma importante justificativa na autodefesa.

É dentro dessa lógica que imagem do marechal Lott é reconstruída. Os oficiais que tiveram participação no golpe de 1964 jamais perdoaram Lott pelo Movimento 11 de Novembro e a sua imagem passou por um intenso processo de desmoralização no interior das Forças Armadas. Se alguns oficiais identificam a chamada Intentona de 1935 como o início da infiltração comunista nas Forças Armadas, é quase unanimidade identificar a década de 1950, com destaque para o governo de JK, como momento em que houve proliferação, sob a proteção Lott, de oficiais e de subalternos ligados à doutrina de esquerda.

O governo de JK é apontado, depois do governo de João Goulart, como o período que mais possibilitou e até mesmo protegeu militares esquerdistas. Os oficiais de 1964 acusam Lott de ter incentivado a entrada de comunistas e a politização das Forças Armadas.

O general Ernesto Geisel, um dos chefes do governo militar, em entrevista no início da década de 1990, afirmou:

Essa história de comunismo se estendeu até recentemente. Em parte, foi uma das causas que influíram na Revolução de 64. O exército passou a ser contra o comunismo, embora dentro dele houvesse oficiais comunistas. Inclusive oficiais que foram depois servir no gabinete do ministro Lott. (...)o que realmente nos preocupava, e era motivo fundamental de nossa divergência, era a situação interna do país, a influencia crescente dos oficiais comunistas, a maneira excessivamente centralizadora de Lott administrar o Exército (D`Araújo, 1997: 75-125).

Os militares de 1964 consideram o movimento de 1955, fruto da ambição política e do esquerdismo de Lott. O ex-ministro também é acusado de ter utilizado oficiais comunistas para perseguir aqueles que não compactuavam com o ele, como relembra o próprio Geisel ao mencionar a tumultuada eleição no Clube militar de 1958: “Lott resolveu, então colocar um comunista atrás de mim” (D`Araújo, 1997: 124).

Outro suposto problema apontado por estes oficiais foi a demasiada aproximação de Lott aos sargentos. O marechal, quando ministro, foi responsável pela lei que deu estabilidade a essa categoria e passou a dedicar um dia da semana para receber militares subalternos em seu gabinete, o que lhe deu enorme prestígio com o grupo¹. A atitude, porém, rendeu também a acusações por parte de alguns oficiais de incentivo a indisciplina e a esquerdização das Forças Armadas. O general Cordeiro de Farias, que apelidou Lott de “Imperador do Brasil”, o acusa de “politiqueiro” e de ser um dos principais responsáveis pela Revolta dos Sargentos, em 1963: “um homem que tinha horror a política, mas foi o mais politqueiro que eu vi no Exército. Foi com ele que começou aquele problema com os sargentos. Quando era ministro da Guerra ele os recebia em seu gabinete” (Farias, 1981: 346).

Cordeiro de Farias, como outros oficiais, demonstra grande ressentimento de Lott. Acusa-o, de ambição política e de subverter a hierarquia no Exército ao se aproximar dos grupos subalternos e das camadas populares e supostamente incentivar a discórdia no seio militar a partir de novembro de 1955:

Já no ministério da Guerra ele se recusava a receber generais, e quando os recebia deixava-os de pé, sem convidá-los a sentar. No entanto, confabulava com os sargentos.(...) Creio que nessa época ele já aspirava à presidência da República, e por isso tentava projetar a imagem do homem do povo. (...).(Farias, 1981: 452-459).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da breve análise a respeito das memórias construídas em relação ao marechal Lott, questiono qual é o papel do historiador ao reconstruir a trajetória pública de um personagem. Será que ainda temos como separar o personagem do(s) mito(s)? Ou essa pretensão é inútil, visto que o historiador deve buscar entender o indivíduo e a construção de sua imagem de forma intrínseca? Não temos respostas definitivas, mas indicações e alguns caminhos possíveis para lidar com essa problemática.

¹ Lei 2.852 de 25 de agosto de 1956. “Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Girardet afirma que se para o historiador a lenda está muito longe de corresponder a realidade objetiva, a narrativa mítica não foge à marca da história, pois, testemunha os traços da época na qual o indivíduo se insere e na qual o mito foi construído (Girardet, 1987:84). Dessa forma o mito pode servir ao historiador como um “revelador ideológico”, ou seja, reflexo de um sistema de valores, pois, seria em torno dele que as aspirações e medos de cada geração se cristalizariam.

Contudo, quando se trata da construção da biografia histórica a dificuldade permanece, pois o ofício do historiador esbarra na capacidade de desmitificar o mito. Levillain propõe uma alternativa ao afirmar que ao fazer a biografia o historiador de hoje não deve ter como vocação “esgotar o absoluto do ‘eu’ de um personagem, como já se pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia”. Pois, por mais que a biografia sirva como meio de interpretar uma geração, lembremos da biografia contexto” de Giovanni Levi², ela não conforma em si toda a diversidade humana de uma época ou cria tipos (Levillain, 2003: 176).

Reafirmando a preocupação ao tratar um personagem político e sua imagem, Didier Musiedlak, em recente debate, apontou os obstáculos metodológicos que devem ser superados pelo historiador ao escrever uma biografia: atribuir valor demasiado ao personagem e o efeito mitológico, já que muitos dos personagens biografados fazem parte da memória nacional e por ela foram reconstruídos tornando-se verdadeiros “patrimônios nacionais”, como, por exemplo, Joana D`Arc, na França.³

Para este autor devemos realmente separar o objeto analisado de seu conteúdo mítico. Devemos desconstruir e desmistificar o grande homem. “Olhar ele nu” e reconhecer o que há de imaginário e de realidade, até mesmo porque às vezes o imaginário forjado em torno do mito é mais importante do que o próprio personagem. Devemos fazer um trabalho analítico e crítico para reconstruir o indivíduo e reconstruir o imaginário e as forças sociais que possibilitaram e engendraram a sua imagem, mesmo sendo difícil decidir entre a relação do privado com o público. É preciso estabelecer a fronteira do imaginário para se chegar à realidade fazendo a crítica das representações.

Talvez Lott seja justamente um personagem onde encontramos de forma privilegiada para a história política das décadas de 1950, 1960 e 1970, a relação entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, tal como as memórias positivas ou negativas a respeito dele documentam. A escrita de sua trajetória possibilita a escrita da história do seu entorno: o confronto em

² Trata-se da reconstituição de um contexto histórico através de um indivíduo e da normalização de comportamentos típicos do um meio social no qual ele está inserido, a fim de se elaborar um “retrato de uma época ou um grupo”. (Levi, 2002 : 170)

³ Debate realizado em 11 de maio de 2006, no ICHF/ UFF, pelo PPGH-UFF.

ter os grupos civis e militares conservadores e nacionalistas. Talvez o marechal seja um exemplo de “indivíduo globalizante”, que Le Goff enxergou em São Luís, aquele que participa simultaneamente do econômico, do social, do político, do religioso e do cultural. Mas qual indivíduo não participa em maior ou menor grau destas dimensões do cotidiano humano? De qualquer forma, alerta o medievalista, é necessário respeitar as falhas e as lacunas que os documentos não respondem e não querer reconstruir os silêncios sobre o personagem. (Le Goff, 1999).

BIBLIOGRAFIA

- AGUERO, Felipe. HERSHBERG, Eric. 2005. “Las fuerzas armada y las memorias de la represion en el Cono Sur”. *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BOURDIEU, Pierre. 2002. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord). 2002. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ, FGV.
- CARLONI, Karla. 2005. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, PPGH. (Dissertação de mestrado).
- CASSIRER, Ernest. 2003. *O mito do Estado*. SP, Códex.
- D'ARAUJO, Maria Celina de. 1994. “Ouvindo militares: imagem de um poder que se foi”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). 1994. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. RJ, FGV.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. 1997. CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. RJ, FGV.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. 1981. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- GIRARDET, Raoul. 1987. *Mitos e mitologias política*. SP, Companhia das Letras.
- LAMARÃO, Sérgio. 2001. “Frente de Novembro”. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. *DHBB*. RJ: FGV ; CPDOC.
- LE GOFF, Jaques. 1999. *São Luís: biografia*. SP, Record.
- LEVI, Giovani. 2002. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord). 2002. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ, FGV.
- LEVILLAIN, Philippe. 2003. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. 2003. *Por uma história política*. RJ, FGV.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). 2003. *31 de Março: um movimento revolucionário e a sua história*. RJ, BIBLIEX. v.II, IV e V.
- WILLIAM, Wagner. 2005. *O soldado absoluto*. RJ, Civilização Brasileira.